



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leq.br

Apresentação: 29/08/2019 17:11

RIC n.1152/2019

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades, insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro do Meio Ambiente, acerca das providências tomadas para impedir que a campanha conhecida como “dia do fogo” provocasse os incêndios na Amazônia, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) É verídica a notícia veiculada pela imprensa brasileira que o Ministério Público Federal (MPF) enviou, no dia 7 de agosto, um ofício ao Ibama alertando sobre o plano, por parte de fazendeiros, de dar início a incêndios simultâneos no Pará?
- b) Qual a providência tomada pelo Ministro do Meio Ambiente após ser informado da campanha “dia do fogo”, pelo Ibama, sobre o plano, por parte de fazendeiros, de dar início a incêndios simultâneos na região em torno da rodovia BR-163, em Altamira e Novo Progresso, no Pará?
- c) Qual foi a resposta dada pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública à informação do Ministério do Meio Ambiente?



JUSTIFICAÇÃO

Reportagem publicada pelo Globo Rural, denunciou que as ações do "Dia do fogo" foram combinadas por meio de um grupo no WhatsApp. A ideia era de mostrar apoio em relação à defesa do presidente de "afrouxar" a fiscalização ambiental e de, possivelmente, anular multas por infrações ao meio ambiente aplicadas pelo Ibama.

Notícias veiculadas pela imprensa brasileira informam que o Ministério Público Federal (MPF) enviou, no dia 7 de agosto, um ofício ao Ibama alertando sobre o plano, por parte de fazendeiros, de dar início a incêndios simultâneos na região em torno da rodovia BR-163, em Altamira e Novo Progresso, no Pará.

O Ibama, que é subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, retornou ao MPF informando que expediu ofícios solicitando o apoio da Força Nacional de Segurança – cuja autorização para agir é dada pelo ministro da Justiça –, além de ter comunicado à Coordenação de Operações de Fiscalização e ao Núcleo de Inteligência da Superintendência do Pará sobre o que estava para ocorrer no dia 10 de agosto.

Segundo documentos divulgados pelo Globo Rural, a resposta do Ibama, datada do dia 12 de agosto, explicava ao MPF que, em função dos ataques recorrentes ao órgão, bem como à falta de apoio da Polícia Militar do Pará, as ações de fiscalização estavam prejudicadas, alertando para o risco de colocar funcionários do Ibama em campo sem a devida proteção policial. De acordo com o MPF do Pará, os fiscais já estavam enfrentando ameaças e ataques por grileiros e madeireiros na região.

Em 2019 houve aumento de 80% a mais nos focos de incêndio, em relação a 2018. Esses números refletem as promessas de campanha de Bolsonaro para a região, quando deu a entender que se fosse eleito, seu governo promoveria um afrouxamento dos órgãos de fiscalização e a diminuição das multas.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Senhor Ministro do Meio Ambiente que envie no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO